

À  
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.  
Sr. Tiago dos Reis Magoga  
tiago.magoga@primebeneficios.com.br  
(19) 3518 7000

Referência: Pregão Eletrônico Nacional NF 1526-19 - SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, CONTROLE E AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÕES LEVES EM POSTOS DE COMBUSTÍVEIS CREDENCIADOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ITAIPU/ME

Assunto: Impugnação - Resposta - Indeferimento

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é pessoa jurídica de direito público internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, no exercício pleno de suas soberanias, o qual estabelece as normas que regem a Binacional (artigo III, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), conjugando e principalmente compatibilizando as leis internas dos dois Estados contratantes. Neste contexto, a binacional possui procedimentos próprios para os certames licitatórios que promove (artigo XXVIII, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), disciplinados na Norma Geral de Licitação da ITAIPU (NGL), aprovada pelo Conselho de Administração, órgão máximo na instância hierárquica, constituído paritariamente por brasileiros e paraguaios.

Portanto, as licitações realizadas pela ITAIPU, diante da sua natureza jurídica peculiar, são regidas por sua Norma Geral de Licitação, conforme consta no subitem 2.3 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do Pregão em apreço, não lhe sendo aplicável a Lei brasileira nº 8.666/93.

Feitas as considerações iniciais e analisado o teor da impugnação apresentada por V.<sup>a</sup>, passamos a responder a insurgência nos termos seguintes:

1. Conforme a disciplina do Art. 6º da NGL, disponível para acesso público no Portal de Compras da ITAIPU, opção "Normas e Instruções":

*"Art. 6º - Não poderão participar das licitações, celebrar convênios, nem contratar com a ITAIPU:*

*I - pessoas físicas ou jurídicas sob regime de quebra ou de insolvência civil, ou em recuperação judicial ou extrajudicial;*

*II - pessoas físicas ou jurídicas impedidas perante a ITAIPU, a ANDE ou a ELETROBRAS, ou com restrições em outros órgãos ou entidades públicas do Brasil ou do Paraguai, conforme definido em Instrução de Procedimento específica;*

*III - pessoas físicas ou jurídicas declaradas inidôneas, conforme definido em Instrução de Procedimento específica;*

*IV - pessoas jurídicas em que Conselheiros, Diretores, empregados da ITAIPU, assim como pessoal cedido ou requisitado, sejam proprietários, sócios ou que exerçam funções de direção, exceto Entidades sem fins lucrativos;*

*V - pessoas físicas ou jurídicas que tenham ou venham a obter informações privilegiadas ou vantagens capazes de prejudicar a lisura e a isonomia do processo de contratação, demonstrada a partir de motivo concreto aferido em processo interno próprio.*



*Parágrafo único. Reputa-se informações privilegiadas, entre outras, para fins do presente artigo, aquelas obtidas de qualquer instância institucional da ITAIPU e que digam respeito a aspectos estratégicos da contratação que, não divulgados aos demais interessados, criem benefícios competitivos aos que delas dispuserem."*

Desse modo, vislumbra-se que o disposto no subitem 2.13, "c", do CBC, tem como fundamento a disciplina o Art. 6º, II, da NGL, encontrando amparo nas normas que regem as licitações e contratações promovidas pela ITAIPU.

2. No que se refere ao critério de julgamento da impugnação, mostra-se prejudicado o pleito da proponente. Segundo o disposto no subitem 2.15.1, "c", do CBC, "a taxa de desconto final ofertada deverá ser zero ou maior do que zero", portanto será aceita "taxa negativa", desde que apresentada de acordo com as regras e condições previstas no CBC e nos seus anexos. O critério de seleção da proposta mais vantajosa será o maior desconto oferecido pelas participantes do certame, ou seja, será declarada vencedora da licitação a proponente que ofertar o maior desconto à ITAIPU.

3. A alegação de que as exigências realizadas pela ITAIPU no Pregão Eletrônico Nacional NF 1526-19 restringem o caráter competitivo, em razão de que a rede credenciada solicitada é excessiva, não prosperam.

Na fase de planejamento da licitação, a área responsável da ITAIPU realizou os estudos necessários, definindo o objeto da licitação de acordo com a atuação da binacional, considerando rodovias federais e estaduais. Ademais, ao contrário do sustentado na impugnação, vários veículos da frota da ITAIPU não possuem autonomia de 400Km.

4. Diante do acima exposto, entende-se que: i) o pedido de alteração do subitem 2.13, "c", do CBC, não merece provimento, visto que está amparado na disciplina o Art. 6º, II, da NGL; ii) o pedido para a inclusão da possibilidade de aceitação de taxa negativa está prejudicado, uma vez que o CBC e os seus anexos disciplinam a questão; e iii) o pedido para revisão das exigências da rede de serviços credenciada não merece provimento, pois os requisitos constantes na licitação foram definidos com base na necessidade da ITAIPU e nos estudos necessários, de acordo com a área de atuação da binacional.

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail [compras@itaipu.gov.br](mailto:compras@itaipu.gov.br).

Atenciosamente.

  
**Daniele Tassi Simioni Gemael**  
Superintendente de Compras

Confirmo o recebimento:

\_\_\_\_\_  
(identificação e assinatura)

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_